



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ata da 1ª. Reunião de 2011 do Conselho Diretor do FNDCT

1. Apresentação

Este documento reúne as questões discutidas e decisões tomadas no âmbito da 1ª. Reunião Ordinária de 2011 do Conselho Diretor do FNDCT, realizada em 31 de agosto de 2011, com início às 10h00 e término às 13h30, na Sala dos Conselhos, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e que tratou da seguinte pauta: 1) Abertura da reunião pelo Presidente do Conselho, Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da C,T&I; 2) Apresentação da ENCT&I pelo Ministro de Estado da C,T&I; 3) Apresentação do orçamento do FNDCT para 2011 e cenário do orçamento do FNDCT para 2012, pelo Sr. Luiz Antonio Elias, Secretário Executivo do MCTI; 4) Balanço das ações do FNDCT/Fundos setoriais no âmbito da Finep; 5) Balanço das ações do FNDCT/Fundos setoriais no âmbito do CNPq; 6) Discussão e aprovação do Plano de Investimentos do FNDCT para 2011; 7) Submissão da proposta de Portaria Ministerial definindo as despesas operacionais do FNDCT; 8) Proposta de alteração da IN nº 02 do Conselho Diretor; e 9) Outros Assuntos.

2. Participantes

Membros Titulares e representantes presentes:

Aloizio Mercadante - Presidente do Conselho e Ministro de Estado da C,T&I;
Luiz Antonio Rodrigues Elias - Secretário Executivo do MCTI
Francisco Canindé Pegado do Nascimento - representante dos trabalhadores da área de C&T
Glaucius Oliva – representante do CNPq – Presidente do CNPq
Glaucio Arbix – representante da FINEP – Presidente da FINEP
Helena Bonciani Nader - representante da comunidade científica
Humberto Barbato – representante do setor empresarial
Jacob Palis - representante da comunidade científica
João Carlos Ferraz – representante do BNDES (substituindo o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES)
Jorge Almeida Guimarães – representante do MEC
Lucas Izoton Vieira – representante das micro e pequenas empresas
Murilo Marques Barboza – representante do MD
Nelson Fujimoto - representante do MDIC
Paulo Afonso Vieira Júnior – representante do MPOG (substituindo a Sra. Célia Corrêa)
Rodrigo Rocha Loures – representante do setor empresarial

Membros Titulares ausentes (ausências justificadas)

Célia Corrêa - representante do MPOG
Hernan Chaimovich Guralnik - representante da comunidade científica
Luciano Coutinho – representante do BNDES
Márcio Holland de Brito - representante do MF
Pedro Arraes - representante da Embrapa – Presidente da Embrapa

Convidados

Virgílio Almeida – SEPIN/MCTI
Adalberto Fazzio – SETEC/MCTI
Fernando de Nielander Ribeiro – FINEP
Antonio Ibañez Ruiz – ASCOF/MCTI
Marylin Peixoto – SEPIN/MCTI
Álvaro Knupp dos Santos – MD
Ana Gabas – GabMin/MCTI
Léa Contier de Freitas – SEXEC/MCTI

Marcos Vinícius de Souza – MDIC
Carlos Oiti Berbert – SCUP/MCTI
Claudio Valério – CNPq
José Luis Leite Gordon - GabMin/MCTI
Elzivir Guerra – SETEC/MCTI
Elianne Prescott - ASCOF/MCTI
Gina Paladino – FIEP/PR
Angela Monteiro – ASCOF/MCTI
Elisabeth Rivano - ASCOF/MCTI
Jair Rocha Alves - ASCOF/MCTI
Lilian Peters - ASCOF/MCTI
Marlos da Matta - ASCOF/MCTI
Monique Terezinha P. Silva - ASCOF/MCTI
Rubens Gallina - ASCOF/MCTI
Sávio Raeder - ASCOF/MCTI
Daniela Cardoso – ASCOM/MCTI

3. Abertura

O Presidente do Conselho Diretor do FNDCT abriu a reunião agradecendo a presença de todos e apresentou a proposta de pauta, que foi aprovada. Em seguida, deu início à apresentação da Estratégia Nacional de C,T&I/ENCTI, destacando os seguintes pontos:

- Orçamento do FNDCT de 2011: ficou parcialmente comprometido em razão da alocação de R\$ 610 milhões na reserva de contingência e do corte no limite de empenho da ordem de R\$ 280 milhões. Dessa forma, o MCTI não teve margem para tomar decisões no início do ano até este momento quando o cenário está efetivamente definido;
- Cenário do orçamento para 2012: tendo em vista a proposta orçamentária que estará sendo encaminhada ao Congresso Nacional e o fato de que a C,T&I passa a ser um eixo estruturante do desenvolvimento (constitui-se na 3ª. Meta do Plano Plurianual – PPA 2012 - 2015), o cenário torna-se promissor e acena com a perspectiva de implantação de projetos estruturantes para alavancar recursos para a área. Fez registrar a importante colaboração da comunidade científica, em particular dos professores Jacob Palis e Helena Nader no esforço de inserção da área de CT&I na agenda de desenvolvimento do País;
- Apresentou uma série de indicadores que demonstram por um lado o crescimento da participação brasileira na produtividade científica (13º no ranking mundial) e de outro o desafio histórico de ampliação da participação do Brasil nos indicadores de inovação (47% do ranking mundial). No que tange aos dispêndios públicos e privados em P,D&I, de cerca de 1% do PIB no Brasil (13º lugar na lista de países que investem em P,D&I), ressaltou o baixo protagonismo das empresas e a necessidade de se estabelecerem políticas que apontem para o crescimento dos investimentos. Também, citou os resultados do esforço de fortalecimento e consolidação da pós-graduação brasileira, com aumento do número de titulados, com destaque na região Nordeste, e as iniciativas de fortalecimento da graduação – como os novos campi, entre outras – e de combate ao déficit na área de engenharias, com a criação do Programa PROENGENHARIA, que está sendo estruturado pelo MEC. Destacou os resultados da política de crescimento da oferta de bolsas e o foco conferido às áreas estratégicas. Sobre o Programa 'Brasil Sem Fronteiras', que prevê a concessão de 75 mil bolsas de estudos, informou que adota critérios de análise de mérito para concessão de bolsas – tanto para graduação como pós-graduação – e alguns resultados iniciais: i) das 27 mil bolsas de graduação (IC, IT) previstas, 4 mil já foram implantadas; ii) implementação de 200 bolsas de doutorado e pós-doc pelo CNPq;
- Rede Nacional de Pesquisa – RNP: investimentos da ordem de R\$ 150 milhões visam atingir a meta audaciosa de implantar a conexão de banda larga nas escolas brasileiras em todo o território nacional;




- Na área espacial: as ações previstas no âmbito dos programas Satélite CBERS 3 e Satélite de Comunicação estratégica geral e militar, ambos em parceria internacional, que permitem capacitar recursos humanos e abreviar o tempo para troca de tecnologia; os investimentos da ordem de R\$ 166 milhões para permitir a consolidação do Veículo Lançador de Satélites – VLS e do Veículo Lançador de Microsatélite – VLM e a conclusão do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão.
- Sistema de Monitoramento e Prevenção de Desastres: esclareceu que será implantado o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, sob a coordenação do Prof. Reinhardt Fuck, na cidade de Cachoeira Paulista/SP. Há previsão de lançamento de concurso para seleção de pessoal e estima-se iniciar projetos-piloto já no próximo verão (início de 2012). O Brasil estuda estabelecer acordos de cooperação com a China na área.
- EMBRAPI: em parceria com a CNI, objetiva reunir centros de pesquisa selecionados para dar suporte às pequenas e médias empresas para desenvolver a inovação industrial. A meta é apoiar 30 institutos por meio de contratos de gestão. Os recursos disponíveis para 2011 somam R\$ 30 milhões e o projeto-piloto inicia com três centros de excelência nacionais: INT, IPT/SP e CIMATEC/SENAI.
- Extensão tecnológica: i) fomento a tecnologias assistivas por meio da abertura de uma linha de crédito para inserção de deficientes nas escolas; ii) tecnologias sustentáveis, organização de eventos sobre 'tecnologias verdes'; iii) novo programa de TIC; iv) Olimpíada de matemática; v) padronização dos CVT's, por meio da elaboração de um manual para orientar as demandas; vi) criação do Portal Aquarius, que vem contando com a colaboração do TCU e da CGU, permitirá o monitoramento de diversos indicadores na área de C,T&I e visa conferir maior transparência às ações do Governo, consoante ao projeto 'Governo Aberto' (o BID já demonstrou interesse em apoiá-lo financeiramente e de difundi-lo como modelo a ser adotado por outros países);
- Na área de TIC: i) implantação da primeira fábrica da Apple fora da China, em Jundiaí/SP; ii) as iniciativas que visam à expansão da indústria de componentes eletrônicos, da cadeia complementista, da indústria de display (só 4 países detêm essa tecnologia) e de semicondutores; iii) a criação do marco legal que visa flexibilizar a gestão do CEITEC e viabilizar seu papel enquanto laboratório-fábrica e de formação de recursos humanos;
- Programa Brasil Maior: a política de compras governamentais em programas como banda larga e inclusão digital nas escolas e de desoneração da folha de pagamento com ênfase na área de TIC deve impulsionar e indústria de hardware, software, a indústria de display e de semicondutores;
- Operações de crédito da FINEP: crédito de R\$ 2 bilhões para investimentos nos complexos da saúde, defesa, entre outros, em 2012;
- Evolução do orçamento do MCTI em OCC: a proposta orçamentária para 2012 aponta para manutenção da trajetória de crescimento, com o incremento de 1,76 bilhão. Parabenizou o Secretário Executivo pelo empenho e conquista; e,
- Arrecadação direta para a área de C,T&I: apresentou algumas iniciativas que visam aumentar os recursos para a área, como as que buscam destinar parcelas dos royalties do petróleo (Pré-sal) para educação e C&T.

4. Andamento da Reunião

4.1. Apresentação do Secretário Executivo

Com relação ao orçamento de 2011, o Secretário Executivo apresentou o quadro com o orçamento geral aprovado para o FNDCT, o qual com base na LOA 2011, atinge o montante de R\$ 3,33 bilhões, dos quais 18% (R\$ 0,61 bilhão) foram alocados na reserva de contingência. Informou que descontadas as aplicações pré-definidas (instrumentos do FVA, Operações de crédito FPDTE, outras ações FNDCT e despesas operacionais/taxa de administração) o valor



disponível para aplicação em 2011 é da ordem de R\$ 1,84 bilhão, sendo R\$ 0,81 bilhão para ações verticais, R\$ 0,67 bilhão para ações transversais e R\$ 0,36 bilhão para Subvenção Econômica. Desses recursos, R\$ 1,67 bilhão está comprometido em ações de exercícios anteriores, sendo R\$ 0,84 bilhão em ações da FINEP, R\$ 0,47 bilhão em ações do CNPq e R\$ 0,36 bilhão com a Subvenção Econômica. O saldo para aplicação é da ordem de R\$ 0,18 bilhão, dos quais R\$ 0,08 bilhão para ações transversais e R\$ 0,10 bilhão para ações verticais. Com relação à proposta orçamentária do FNDCT para 2012, o orçamento previsto para os fundos setoriais atinge o montante de R\$ 3,76 bilhões, o que demonstra uma recuperação do FNDCT. Na oportunidade, ressaltou o apoio da Academia Brasileira de Ciências e da SBPC para essa conquista. Destacou o incremento de R\$ 400 milhões em relação ao aprovado em 2011 para as Operações de crédito FPDTE e a alocação de R\$ 0,08 bilhão, acatada pelo MPOG, para os contratos de gestão das OS (CGEE, IMPA, IDSM/Mamirauá, ABTLuS e RNP) e que visa atender às exigências do TCU e assegurar a efetiva transferência de recursos. Dos recursos previstos para 2012, R\$ 1,37 bilhão está comprometido em ações de exercícios anteriores, sendo R\$ 0,91 bilhão em ações da FINEP e R\$ 0,46 bilhão em ações do CNPq. O saldo para novas aplicações é de R\$ 0,62 bilhão.

Sobre o Plano de Investimentos para 2011, apresentou a demanda de novas ações organizada em quatro eixos e que soma R\$ 377,5 milhões. Informou que algumas ações transversais já foram autorizadas, como o Edital Universal 2011 e o de Parques tecnológicos, cujos termos de referência foram encaminhados às agências FINEP e CNPq. Informou que o detalhamento das ações já em curso e que comprometem o orçamento de 2011 foi aprovado na reunião do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT realizada em abril de 2011 e que a definição das novas ações para 2011 será objeto de pauta das próximas reuniões dos Comitês Gestores, previstas para setembro de 2011, quando será realizado, também o Seminário de Integração dos FS, em 21 de setembro.

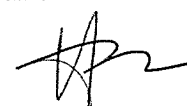
Do ponto de vista da política que orienta os investimentos do MCTI, destacou que se está trabalhando com uma agenda que busca compatibilizar a Estratégia Nacional de C,T&I/ENCTI com o Plano Brasil Maior, de forma a orientar as ações do FNDCT no período 2011 a 2014.

Enfatizou as iniciativas em curso que buscam ampliar os investimentos em P,D&I com a criação de novos fundos setoriais (CT-CONSTRUÇÃO CIVIL e CT-AUTOMOTIVO, ambos com orçamento previsto da ordem de R\$ 500 milhões) e de aumento da receita para fundos setoriais já existentes: duplicar a parcela da CFEM destinada ao CT-MINERAL, destinar 4% da receita do FISTEL para o CT-ESPACIAL e aumentar de 10% para 15% a alíquota relativa à Cide Tecnologia. Destacou a importância de obter apoio ao Projeto de Lei 8.051, que recompõe as receitas do CT-PETRO e destina 7% dos royalties de contratos de partilha para o SNCTI. O PL prevê, ainda, que 30% dos royalties destinados a estados e municípios sejam aplicados em educação, ciência e tecnologia, com uma expectativa de recursos da ordem de R\$ 3,72 bilhões.

Por fim, submeteu ao Conselho Diretor a proposta de Portaria Ministerial que visa fixar limite de 3% da soma dos recursos de todas as fontes consignadas no orçamento para o exercício, excluindo as reservas de contingência, para as despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados do FNDCT no exercício de 2011, e a proposta de alteração dos artigos 15 e 23 da Instrução Normativa nº 02 do Conselho Diretor, visando incluir na composição do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT o Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento/SEPED; o Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social/SECIS; o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação/SETEC; e o Secretário de Política de Informática/SEPIN e, no Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, incluir os presidentes dos comitês gestores das ações setoriais; o Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos/CGEE; o Presidente da Agência Espacial Brasileira/AEB; o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear/CNEN; e o Subsecretário da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa/SCUP do MCTI.

4.2. Balanço da FINEP sobre a execução de 2011

O representante da FINEP, Sr. Glauco Arbix, fez uma exposição sobre a execução orçamentária e financeira do FNDCT reforçando que a FINEP vem trabalhando no sentido de



ampliar a eficiência da execução orçamentária: i) em 2010, atingiu 100% de execução e ii) em 2011, a taxa de execução atual é de 66% (calculada em relação ao limite orçamentário¹), considerando que a execução ainda se encontra em andamento e os limites de empenho.

Sobre 2010, informou que o perfil da carteira demonstra concentração em projetos com valores entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões e sugeriu que o Conselho Diretor pautasse o debate sobre a relevância da própria carteira, eventualmente em outra oportunidade, de forma a priorizar projetos de maior vulto e em temas relevantes, capazes de fazer a diferença em termos de resultados. Citou, como exemplo, projetos ambiciosos com baixo orçamento, como a construção de um instituto para pesquisas no mar (três instituições juntas apresentaram um projeto no valor de R\$ 8 milhões, para aplicação em 3 anos, e uma demanda conjunta de três grandes IES de São Paulo no valor de R\$ 14 milhões). Essa questão também se aplicaria à carteira das linhas reembolsáveis de projetos de pequenas, médias e grandes empresas, de cerca de R\$ 2 bilhões, onde o valor médio gira em torno de R\$ 10 milhões. Destacou que a nova carteira de projetos tem foco em etanol de segunda geração e outras grandes áreas, como saúde, TIC e Pré-sal, chegando a um montante de R\$ 4,2 bilhões, embora a demanda seja da ordem de R\$ 15 bilhões. Enfatizou a necessidade de articular empresas dos setores de Saúde, TIC e Defesa no sentido de ampliar suas ambições para demandarem projetos de maior peso. Por fim, disse que a FINEP estima que o custo de grandes projetos, mais relevantes, deve ser da ordem de R\$ 80 a R\$ 140 milhões, e que os projetos devem ser estruturados de forma a utilizar todas as linhas de financiamento disponíveis.

4.3. Balanço do CNPq sobre a execução de 2011

O Presidente do CNPq, Sr. Glaucius Oliva, fez uma breve apresentação sobre a execução das ações apoiadas com recursos do tesouro e do FNDCT em 2010 e 2011, destacando que os recursos do FNDCT são utilizados para pagamento de bolsas de projetos da FINEP e eventos. Citou que os 300 Termos de Referência autorizaram ações que representaram 17,5 mil projetos, com um número expressivo de bolsas. Apresentou dados do Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa/DNGP que demonstram um crescimento nos últimos oito anos do número de instituições, de grupos, de pesquisadores e doutores, com ênfase para as regiões SE (de sete mil para 12 mil) e NE (de 590 para 1.400), e a taxa de crescimento do número de titulados (mestres e doutores). Informou que a plataforma Lattes hoje tem 2,2 milhões de currículos cadastrados, dos quais 1,4 mil com produção científica, tecnológica e artística, sendo 377 mil com pelo menos um artigo publicado. Ressaltou que as empresas inovadoras e que estão entrando no mercado brasileiro vêm à procura de pessoas e não de incentivos fiscais e, dessa maneira, o foco deve ser a inserção de pesquisadores nas empresas.

Sobre o orçamento do FNDCT para 2011, de R\$ 498 milhões, informou que R\$ 37 milhões estão sendo aplicados em ações já autorizadas, como edital Universal e a Rede NIT, em parceria com o SEBRAE. Para 2012, os compromissos anteriores que têm impacto no orçamento somam R\$ 420 milhões e, considerando as ações de 2011 já iniciadas, o valor chega a R\$ 460 milhões. Sobre a execução financeira, informou que a maioria deve-se a restos a pagar de 2010 (R\$ 123,3 milhões) e parte do exercício de 2011 (R\$ 79,4 milhões). O total pago foi de R\$ 200,5 milhões e a taxa de empenho da ordem de 77% (deve-se levar em consideração o fato da maioria se tratar de bolsas que têm desembolso mensal). A maioria das bolsas tem formato tecnológico (DTI, ITI e SET) e são oferecidas pelos programas RHAE² (R\$ 40 milhões/ano), PNPd³ (para doutores em Empresas de Base Tecnológica/EBTs e em Núcleos de Inovação Tecnológica/NITs) e do PGAEST⁴ (3 editais com foco em áreas estratégicas).

¹ Orçamento 2011: valor aprovado - R\$ 2.223,6 milhões; limite de empenho - R\$ 1.943,2 milhões; valor empenhado - R\$ 1.278,9 milhões (R\$ 794,9 milhões para ações diretas e R\$ 484 milhões para transferências)

² Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas

³ Programa Nacional de Pós-doutorado

⁴ Programa de Expansão da Pós-Graduação em Áreas Estratégicas



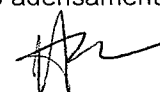
Comentários e Discussão

- Os Profs. Jacob Palis e Helena Nader colocaram-se favoráveis à posição de cobrar investimentos em P&D pela indústria instalada no País em setores como o da construção civil, mas também em outros setores, como a indústria farmacêutica, com foco em inovação.
- A Profa. Helena Nader registrou que se deve ter atenção ao fato da carteira de projetos do FNDCT englobar muitos projetos do CT-INFRA, os quais, embora sejam projetos de orçamento mais tímido, têm forte impacto nas IES públicas brasileiras, que dependem, à exceção das do estado de São Paulo, de apoio direto do Fundo, notadamente para obras e instalações. Também, ressaltou o fato de que as ações do CT-INFRA passaram a atender as IES estaduais, o que aumentou o número de projetos e teve impacto no valor médio de projetos em carteira. Ressaltou a importância do CT-INFRA para manutenção da pesquisa nas IES brasileiras, dando como exemplo, a implantação da pós-graduação em Natal, no Rio Grande do Norte, como resultado do apoio do CT-INFRA. Também, destacou que se houver maior oferta de recursos a demanda deverá ser maior, mudando a cultura atual de baixa oferta de recursos, citando como exemplo o montante disponibilizado para os INCTs, de R\$ 7 milhões.
- No caso da cadeia produtiva do setor de saúde (indústrias de ponta, como fármacos e equipamentos), o Ministro destacou as iniciativas que vêm sendo coordenadas pelo MCTI no âmbito do Governo que visam a incentivar o setor e a atender as demandas do SUS. Em parceria como MDIC, o MCTI está atuando junto ao Ministério da Fazenda no sentido de fortalecer setores de ponta como parte de uma estratégia para fazer frente à crise econômica internacional, fortalecendo a posição geoestratégica do Brasil e o mercado interno como patrimônio já disponível. Registrou o crescimento do número de novos *campi*, que passou de 43 para 230 e o desafio de se acompanhar esse crescimento com uma infraestrutura de ponta. Por outro lado, destacou a importância de se investir em projetos estruturantes em C,T&I capazes de permitir o avanço do País. Destacou a importância de investimentos em tecnologias no setor da construção civil tanto para fazer face à competitividade internacional quanto para modernizar a indústria em atendimento às exigências dos novos métodos construtivos. Com relação ao setor automotivo, registrou que, embora o Brasil seja o quinto mercado de automóveis do mundo, inexistente atividade de P&D no País. Objetiva-se, dessa forma, atrair novas indústrias por meio de uma política séria e consistente para incentivar atividades de P&D. Destacou que o desafio é evitar a pulverização de recursos, dar continuidade ao que já vem sendo feito e incluir ações que precisam ser feitas e, nesse sentido, ressaltou que o Governo estuda elaborar um Plano de Ação para os próximos 10 anos em dez temas estratégicos para C,T&I, a ser revisado a cada 2 anos, que levará em conta estudos, como o da ANDIFES – que coteja os arranjos produtivos locais com as IES instaladas –, visando colocar o Brasil na ponta em áreas estratégicas. Reforçou que a cultura de inovação precisa ser criada principalmente no setor privado e citou iniciativas nesse sentido, como a MEI e os instrumentos voltados para micro e pequenas empresas/MPEs, como o 'capital semente'. Informou que a Petrobrás vai investir muito em P&D e ressaltou a oportunidade de se vincular o futuro da C&T ao sistema de petróleo e gás, cujos recursos somam R\$ 4,5 trilhões, permitindo dinamizar diversas áreas de C,T&I, como o investimento de R\$ 74 milhões para implantação de laboratórios no navio para pesquisa; os investimentos no IPT/SP – tanque com ondas, etc - que atendem a indústria de construção naval e gera impactos sociais, com aumento de emprego e renda. A título de exemplo, citou a experiência de sucesso do parque de tecnologia e incubadora de empresas de Santa Catarina que permite que a receita das empresas instaladas seja maior que a do setor de turismo, vocação tradicional do Estado. Enfatizou a necessidade de priorizar a MPE em áreas portadoras de futuro e que a FINEP deve desenvolver um programa para as EBTs.
- Rodrigo Loures: registrou que do ponto de vista empresarial as MPEs e as empresas nascentes são importantes para a geração de novas tecnologias. Também, que o BNDES tem um conselho de grandes empresas e que seria necessária uma estratégia



para atender as MPEs. Citou a experiência da FIEP-PR junto a MPEs (empresas novas e criativas) com foco na inovação e destacou a importância de se avaliar o que está acontecendo para tomar decisões, tendo por base indicadores de resultados, além dos indicadores usuais de esforço. Ressaltou que o Brasil tem potencial em setores como agronegócio e saúde, que se coadunam com as prioridades de desenvolvimento sustentável e as tecnologias verdes. Na sua visão, dever-se-ia desenvolver a capacidade de P&D e de empreendedorismo em áreas como biotecnologia e energias renováveis e que a FINEP deveria ampliar a base industrial, principalmente de MPEs, destinando linhas de financiamento, como a Subvenção Econômica, para apoio a essas empresas, prioritariamente em áreas de TIC e energias renováveis, entre outras. Apresentou o projeto Escola Brasileira de Gestão da Inovação/EBGI que visa formar 5 mil gestores de inovação/ano para atender a demanda das empresas frente ao desafio de inovar, considerando que as empresas não estão preparadas para se engajar na inovação, embora tenham capacidade embarcada, pois carecem de gestão da inovação.

- João Carlos Ferraz: registrou a necessidade de se discutir o que efetivamente se caracteriza como P&D e exigir da indústria investimentos, não apenas em projetos de engenharia. A título de exemplo, sugeriu que o Governo instituisse taxas para veículos importados para aplicar em P&D no setor. Parabenizou a oportunidade de discutir questões estratégicas no âmbito do Conselho Diretor e sugeriu que se agende uma reunião específica com essa pauta. Destacou que atualmente o BNDES e a FINEP operam linhas de crédito com a mesma taxa e que cabe às empresas arbitrar sobre as linhas de financiamento.
- Lucas Izoton Vieira: registrou o desafio de se ampliar a parcela de participação das MPEs nos investimentos em inovação, ressaltando seu papel no sistema de inovação, na medida em que representam 99% da indústria, 20% do PIB e 60% dos empregos. Destacou que as ações de MPEs deverão ficar a cargo de um novo ministério a ser criado e a importância de se estabelecer uma política que beneficie de maneira permanente as EBTs e MPEs, apesar de reconhecer o esforço histórico de estímulo a essas empresas. Sugeriu que se agende uma reunião do Conselho Diretor para discutir ações estratégicas e não apenas ações táticas, visando definir mecanismos para inserir as MPEs no sistema de inovação.
- Francisco Canindé Pegado do Nascimento: registrou seu entendimento da importância da inovação como eixo de desenvolvimento, aliada à questão do emprego, às políticas públicas (saúde, habitação, etc). Enfatizou programas como o de tecnologias assistivas, na medida em que aumenta a acessibilidade e registrou a ideia de um Prêmio FINEP de Inovação em tecnologias sociais que estimulam projetos na área. Destacou a importância de se apoiar a área de inclusão digital e de inclusão pela comunicação, incentivando a divulgação de conteúdo por meio do sistema televisivo para as classes C, D e E. Parabenizou a iniciativa de dar maior transparência às ações do MCTI e sugeriu que esse modelo seja expandido para outros ministérios. Sugeriu à FINEP que apóie projetos nas linhas com retorno em regiões mais carentes, com maiores necessidades, de forma a obter maior impacto. Sobre as MPEs, destacou seu papel na economia, como sendo as empresas que menos desempregam, mesmo em situação de crise. E, finalmente, destacou a importância de se lutar pela aprovação do PL 8.051, que visa ampliar os recursos para a C,T&I e educação, a partir do investimento dos royalties do pré-sal, sendo capaz de alavancar uma nova economia baseada no desenvolvimento pela inovação.
- Nelson Fujimoto: destacou três pontos: i) o balanço apresentado demonstra crescimento dos recursos aplicados no sistema de C,T&I, o que é fundamental para o desenvolvimento e para a inovação; ii) a Lei da inovação, com o Programa de Subvenção Econômica, que vem permitindo aplicar recursos em EBTs que, por sua vez, dialogam com grandes e médias empresas; e iii) a importância de reforçar a discussão de novos instrumentos para estimular a inovação, de forma integrada, como apontado pela FINEP, que gerem resultados, como poder de compra do Estado e o adensamento



das cadeias produtivas em áreas estratégicas que têm liderança no mercado. Deu como exemplo, as ações da Petrobrás que visam ao desenvolvimento da cadeia de valor com fornecedor (qualificação dos fornecedores).

- Jorge Guimarães: sobre a questão do CT-INFRA, informou que o MEC tem investido bilhões através do PROUNI nas universidades, mas concordou com a defesa do PROINFRA pela Profª Helena Nader. Por outro lado, concordou também com a FINEP quanto à importância de se apoiar grandes projetos. Nesse sentido, ressaltou que ambas as abordagens são importantes e não excludentes e reforçou a importância de se apoiar projetos cooperativos, uma vez que as empresas que não têm centros de P&D vão buscar competência nas universidades. Citou o exemplo dos centros universitários, sobretudo na Coreia, que são impressionantes.
- Luiz Antonio Elias: enfatizou a importância do PL 8051 e agradeceu à SOF pelos esforços que permitiram reforçar o orçamento do MCTI e do FNDCT, bem como as Fundações de Amparo à Pesquisa/FAPs estaduais que vêm aumentando os esforços de parceria.

5. Encerramento

O Ministro concluiu a reunião destacando os esforços para reposição de pessoal nos institutos e no quadro do MCTI e as iniciativas de cooperação internacional que têm alavancado recursos para C,T&I, como a parceria com a China na área de nanotecnologia, com recursos de R\$ 3 milhões. Saudou a proposta de se instituir um prêmio inovação para tecnologias assistivas e destacou a expectativa de que com o crescimento do orçamento do FNDCT amplie-se o suporte às bolsas do CNPq. Por fim, citou o projeto de lançamento de uma carta-convite para a participação de empresas em feira de inovação (ação do SEBRAE) para apresentação de projetos aos atores (órgãos financiadores, como BNDES e FINEP, etc) como uma forma de selecionar os melhores projetos.

6. Decisões

- Aprovada a proposta de Portaria Ministerial;
- Aprovada a proposta que altera os artigos nº 15 e 23 da IN nº 02 do Conselho Diretor;
- Aprovado o Plano de Investimento Anual do FNCT para 2011;
- Deverá ser agendada uma reunião específica do Conselho Diretor com o propósito de debater e definir estratégias.
- A próxima reunião deverá realizada em novembro de 2011.



Luiz Antonio Rodrigues Elias
Secretário Executivo do MCTI